



Eixo: Ética, Direitos humanos e Serviço Social.

Sub-eixo: Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas.

ÉTICA E PROJETOS PROFISSIONAIS: UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E ITALIANO

SALYANNA DE SOUZA SILVA¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo comparativo sobre fundamentos éticos presente nos projetos profissionais do Serviço Social brasileiro e italiano. Para tal foi feita uma análise centrada no método materialista histórico-dialético, que contou principalmente com o estudo de documentos e bibliografias. Se no Serviço Social brasileiro observamos uma hegemonia teórica e política em torno do nominado Projeto Ético-Político, centrada no referencial marxista; por outro lado na Itália notou-se um projeto, centrado principalmente na defesa dos direitos das pessoas, pautada no pressuposto da *ética personalista*, o que pode indicar a influencia eclética seja do personalismo que do neotomismo. **Palavras-chave:** Ética Profissional; Projeto Profissional; Serviço Social brasileiro; Serviço Social italiano.

Abstract: This article aims to conduct a comparative study on ethical foundations present in Brazilian and Italian social service professional projects. For this purpose, an analysis centered on the historical-dialectical materialist method was used, mainly related to the study of documents and bibliographies. If in the Brazilian Social Service we observe a theoretical and political hegemony around the so-called Ethical-Political Project, centered on the Marxist referential; On the other hand, in Italy, a project was centered mainly on the defense of the rights of the people, based on the presupposition of the personalistic ethics, which can indicate the eclectic influence be of the personalism that of the neotomismo.

Keywords: Professional Ethics; Professional Project; Brazilian Social Service; Italian Social Service.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa analisar os fundamentos éticos presentes no Serviço Social italiano e brasileiro, para tal serão também considerados os elementos históricos de suas constituição e desenvolvimento. Ressalta-se que tal investigação faz parte de um estudo comparativo entre o Serviço Social brasileiro e italiano financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de

¹ Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo. E-mail: <salyannass@gmail.com>

Pessoal de Nível Superior (CAPES) mediante uma bolsa de Pós-Doutorado vinculada ao Mestrado Acadêmico de Serviço Social, Trabalho e Questão Social (MASS) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), realizada no período de abril de 2017 a maio de 2018.

A importância do referido estudo se justifica pela necessidade de dar continuidade a pesquisas no âmbito do Serviço Social, que procuram indagar e refletir tanto sobre o desenvolvimento histórico da profissão e do capitalismo em outros países.

A partir do método materialista histórico dialético, a presente investigação é baseada principalmente na leitura e análise de livros, artigos, teses (pesquisa bibliográfica), assim como de leis e os Códigos de Ética da profissão (pesquisa documental). Tem como objetivos realizar uma análise dos fundamentos éticos que influenciam o Serviço Social na Itália e no Brasil, a partir de uma leitura histórica do desenvolvimento da profissão, bem como de seus códigos de ética e possíveis influências filosóficas e teóricas.

2. FUNDAMENTOS DA ÉTICA E SERVIÇO SOCIAL

Em tempos de constantes crises (econômicas, políticas e societárias), de crescimento de movimentos reacionários e neoconservadores, ataques aos direitos sociais e trabalhistas, como também à seguridade social e Constituição Federal de 1988; é imprescindível a necessidade de retomar e fortalecer os princípios ético-políticos da democracia, justiça social, equidade, universalização dos direitos sociais, estes entendidos como mediadores estratégicos para uma transformação societária.

Dessa forma, o Serviço Social brasileiro e diversos setores historicamente de esquerda trazem como tarefa histórica a busca pela compreensão das bases éticas e políticas, seja da sua constituição enquanto profissão socialmente reconhecida, que dos elementos sociais, políticos e históricos que sob ela incidem.

Podemos afirmar que mundialmente o debate entorno da ética

profissional sempre esteve presente no Serviço Social, devido a histórica influência da Igreja Católica na sua gênese. A ética, a moral e os costumes sempre foram um forte elemento de sua formação e exercício. No entanto, para melhor entender a categoria projeto profissional, faz-se necessário a análise da categoria ética como um elemento socialmente histórico.

A partir do estudo dos fundamentos da ontologia do ser social pautado em leituras marxista e marxianas, tem-se que a ética se manifesta na vida cotidiana do ser individual como “parte da práxis social” (BARROCO, 2009, p. 167), isto é, a ética trata-se de uma capacidade eminentemente humana que pode se expressar no agir cotidiano em sociedade.

Como expressão constituinte da práxis humana, o trabalho se caracteriza por ser “a base ontológica primária da vida social” (BARROCO, 2009, p.168), Mediante o *trabalho* no sentido ontológico, o ser social é capaz de: projetar em seu pensamento uma finalidade a ser alcançada; objetivar/executar a atividade projetada por ele mesmo e, por fim, ter o controle, se apropriar daquilo que desenvolveu, como pertencente de si mesmo. Nesse sentido, é o trabalho que funda o ser social, o diferenciando do simples animal, contribuindo no processo de desenvolvimento de sua capacidade criativa e livre.

Logo, mediante a capacidade emancipadora do trabalho, o ser social é dotado da possibilidade de construir sua própria história, sua emancipação enquanto resultado da sua ação.

Contudo, as formas de (re)produção da vida social, construídas historicamente e socialmente pelos sujeitos, podem tanto *realizar* quanto *negar* as potencialidades emancipadoras do trabalho.

Para além de uma “ciência da moral” (VAZQUEZ, 2006), ou seja, uma teoria que explica o comportamento moral dos sujeitos, a ética pode se entendida como uma:

capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre. Tratada como mediação entre as esferas e dimensões da vida social, a atividade emancipadora, a ética é situada em suas várias formas e expressão: a moral, a moralidade, a

reflexão, ética e a ação ética como exercício de liberdade (BARROCO, 2003, p.19).

Vivendo em sociedade, cada indivíduo precisa conhecer as normas e para se aceitar, deve agir seguindo tal moral², do contrário será moralmente penalizado. Destarte, Barroco (2009) coloca que o ato moral supõe sua adesão consciente e voluntária às normas e valores éticos pre-estabelecidos. Contudo, reitera ainda a autora que nem sempre tal aceitação pode ser considerada como sinônimo de interiorização consciente e livre, pois muitas vezes apenas reproduzimos mecanicamente as normas sem uma reflexão crítica frente às mesmas.

Da compreensão da ética enquanto práxis humana, bem como o ser social como sujeito capaz de agir e transformar o mundo no qual vive, podemos constatar que o agir ético pode se expressar também na capacidade teleológica de construir tanto projetos individuais como coletivos, motivados pela finalidade de satisfazer suas necessidades individuais e coletivas. Quando há a elevação do ser singular, “eu”, individual, ao ser genérico, “a teleologia do humano-genérico se orienta sempre para o nós” (RAMOS, 2002, p.81). Dessa forma, se complexifica a capacidade do ser social em elaborar projetos coletivos³.

Sendo também um projeto coletivo, o projeto profissional não se resume à soma das individualidades, primando pela construção coletiva, em diferentes espaços: em fóruns de deliberações, espaços com participação democrática, com diferentes profissionais e diferentes partidos e matrizes ideo-políticas. “Os projetos societários estabelecem mediações com as profissões na medida em que ambos têm estratégias definidas em relação ao atendimento de necessidades sociais, com direções éticas e políticas determinadas. (BARROCO, 2003, p.66)

² A moral é entendida como conjunto de normas e costumes historicamente e socialmente construídos, trata-se de uma mediação entre o indivíduo singular e sua dimensão social ou humano-genérica (BARROCO, 2009), pois as normas vem no sentido de estabelecer para o indivíduo ou grupos algumas maneiras de agir, de se comportar, orientando seus atos no convívio social.

³ Essa reflexão é bem discutida na Ontologia do Ser Social de Lukács (1979) e posteriormente analisada por Agnes Heller (2004) em sua obra o cotidiano e a História.

Um projeto profissional, enquanto auto-imagem de uma profissão (NETTO, 1999), não é estático, está em constante movimento, possui uma relação intrínseca à realidade, é fruto das transformações culturais, econômicas e históricas vividas pelos sujeitos profissionais na sociedade, envolvendo elementos seja de sua formação profissional e indivíduo social, que das vivências e relações profissionais.

Destarte, o projeto profissional coletivo e historicamente construído por uma categoria é um elemento de sua *ética profissional*, essa entendida como um modo particular de objetivação da vida ética, tem como âmbitos de realização: o modo de ser (ethos) da profissão, sua dimensão filosófica e a normatização profissionalmente construída (BARROCO, 2003). Deste modo, sua organicidade (maior ou menor) depende da coesão de seus agentes profissionais em torno de finalidades projetadas coletivamente. Daí a constante necessidade de construção de espaços coletivos de debates no interior da categoria, a fim de fortalecer e/ou refletir em torno do respectivo projeto profissional.

O Código de Ética profissional é assim um dos elementos sob o qual a ética profissional se objetiva. Ele trata-se de um “conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções” (BARROCO, 2009, p. 176), orienta o comportamento individual das/dos profissionais, a relação com as demais categorias e instituições, população usuária e entidades.

Cabe assim evidenciar a importância na adoção de uma filosofia e/ou mesmo teoria social sob a qual se sustenta o agir profissional, revelando a forma como a/o profissional lê o mundo com o qual se depara no dia a dia, fundamentando assim o seu intervir sobre este, a partir dos seus valores éticos e morais.

Da mesma forma que a moral no âmbito do agir humano apresenta-se como uma mediação entre o singular e o universal (sociedade), a moral profissional se evidencia na ação profissional cotidiana, entre seus profissionais de carne e osso, e “no produto concreto da intervenção profissional” (Idem, 176). Essa mesma moral profissional não é isenta aos processos da alienação presentes na sociabilidade capitalista, pois para além da formação estritamente profissional, tais sujeitos fazem parte da sociedade, têm suas visões de mundo

condicionada pela educação formal e informal, do senso comum, da família, da religião e demais relações sociais.

Destarte, é importante ressaltar a existência de tendências filosóficas tradicionais, conservadoras e mesmo reacionárias na trajetória histórica das profissões, estas contribuem para reprodução do *status quo*, reprodução de instituições, de preconceitos, discriminações, culpabilização e moralização das expressões da questão social.

No âmbito do Serviço Social internacional, podemos destacar a forte influência da Doutrina Social da Igreja Católica na constituição dos códigos deontológicos, Milena Diomedede Canevini (2017) destaca o *Código internacional para assistente social católico* de 1926, o *Código Moral do Serviço Social* (final da segunda guerra mundial) e o *Guia Internacional da moral a uso dos assistentes sociais católicos* (1956), ambos elaborados pela União Católica Internacional do Serviço Social (UCISS)⁴, com forte influência de São Tomas de Aquino, das cartas do Papa e das leituras da Igreja da época.

3. SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO E ITALIANO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA, SOCIAL E POLÍTICA

A nível internacional a gênese do Serviço Social é datada da segunda metade do século XIX. À luz de uma leitura crítico-marxista, compreendemos que foi no marco do desenvolvimento do capitalismo monopolista, caracterizado por Netto (2001) como momento representante do ápice da contradição capital *versus* trabalho, que surgiram as bases históricas e políticas

⁴Fundada em 1925, na cidade di Milão, com objetivo de promover e difundir o “senso cristão do Serviço Social” à luz dos ensinamentos da Igreja Católica e do seu magistério colaborando assim para a formação cristã dos assistentes sociais; a União Católica Internacional de Serviço Social (UCISS) foi uma iniciativa de grupos de assistentes sociais da Bélgica, contando com o apoio de Escolas Católicas de Serviço Social de países europeus e norte americanos. Com sede em Bruxelas/Bélgica, tal instituição influenciou na criação de diversas outras escolas de Serviço Social com destaque para os países da América Latina, após a segunda guerra mundial, expande sua influencia também para alguns países da Ásia e África. Obteve reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e Conselho Europeu como Organização Internacional Católica (OIC). Em 1998 foi desfeita, sendo retomada, mudando a sede para Milão em 2005 (VILLA, 2011 apud CANEVINI, 2017, p. 150). Atualmente entre profissionais e instituições associados, fazem da UCISS representações do continente americano, da Espanha, França, Itália, Polônia e Rússia. Para maiores pesquisas e informações: <http://www.uciss.org/>, acesso em 29 de junho de 2018.

para a necessidade e surgimento do Serviço Social como profissão reconhecida.

No contexto do desenvolvimento do capitalismo, especificamente nos países europeus e nos Estados Unidos, o Estado altera sua atuação frente à sociedade, o que representa uma mudança na orientação de sua ação, passa assim a operar propiciando um conjunto de condições (diretas e indiretas) necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.

As legislações e políticas sociais aos poucos se generalizam e institucionalizam por meio de direitos e garantias cívicas e sociais. Tais mecanismos institucionais visam responder de forma fragmentada e hierarquizada as diferentes expressões da chamada “questão social”,⁵ o controle e prevenção da “força de trabalho”. Ressalta-se que tal período era caracterizado por “um salto organizativo nas lutas do proletariado e do conjunto dos trabalhadores” (NETTO, 2001, p.27), com o surgimento de partidos operários de massa. Surgem, a nível internacional, as condições sociais e históricas que demandam o requerimento da profissão Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.

A partir da criação do seu espaço sócio-ocupacional, ou seja, as políticas sociais, afirma Netto (2001), o Serviço Social encontra o fundamento para sua profissionalização e requisição junto à sociedade. O desenvolvimento das políticas sociais está associado as transformações econômicas e políticas. Temos o Estado de Bem-Estar Social (Welfare State) como marco para a generalização das políticas sociais em todo o mundo. Este teve início na década 1940 perdurando até a déc. de 1960 (séc. XX), tal modelo desonerava o capital de boa parte dos ônus da preservação da força de trabalho – prestação de serviços públicos.⁶

⁵A categoria “questão social” expressa as manifestações concretas o processo de acumulação do capital, que por meio de sua (re)produção orgânica e subsunção do trabalho pelo capital, produz a desigualdade social, o crescimento da pauperização absoluta e relativa e a luta de classes. Segundo Yamamoto (2009) foram as lutas sociais históricas dessa classe que contribuíram com o processo de reconhecimento da “questão social” enquanto objeto de intervenção do Estado e legalização de direitos e políticas sociais. Logo, define a autora, “questão social” é também expressão de rebeldia.

⁶ O Estado passou a se inserir como empresário nos setores básicos não-rentáveis, a assumir o controle de empresas capitalistas em dificuldades, a oferecer subsídios diretos aos monopólios e a lhes assegurar expressamente taxas de lucro, maciços investimentos em meios de transporte e infra-estrutura. Pautava-se na adoção de políticas keynesianas. (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

Particularmente no tocante da origem do Serviço Social na Itália, nossa pesquisa identificou a presença de duas perspectivas principais: uma que afirma que associa o surgimento da profissão já nos anos 1920, no período do fascismo, com a primeira Escola em Milão, a *Scuola di San Gregorio al Celio*, criada em 1928 e encerrada em 1943, financiada pelo Partido Fascista e a Igreja Católica.

A segunda perspectiva por outro lado, evidencia que o Serviço Social surge somente após o segundo pós-guerra, como fruto do processo de reconstrução do país, entre os anos 1944 a 1945, com a Companhia de São Paulo em Milão. As/os autores que defendem essa perspectiva destacam que escola *San Gregorio al Celio* “nunca obteve um enquadramento institucional” (CALOI, 2000, p. 14)

Ambas as perspectivas concordam que o período pós segunda guerra foi de estruturação da profissão, considerando também o momento histórico, econômico e político da Itália.

Na literatura italiana sobre a história da profissão sinaliza como etapas fundamentais para discussão e introdução dos códigos normativos para o Serviço Social na Europa e posteriormente na Itália, o Convenho Internacional ocorrido na cidade de Bruxelas (setembro de 1947) promovido pela UCISS e o Seminário de Estudo sobre o Serviço Social na Suíça (janeiro de 1948) organizado pela Associação de Ajuda Suíça (CANEVINI,2017).

Nos anos de 1940 o país se insere no Programa de Recuperação Européia, conhecido também como Plano Marshall, que sobre a hegemonia dos Estados Unidos da América (EUA), proporcionou diversas “ajudas” financeiras para a reconstrução dos países europeus, garantindo uma base de aliados.

Nesse período o Serviço Social assume uma grande importância no processo de reconstrução da Itália, devastada pela guerra. Ressalta-se também que o país, devido ao desenvolvimento fascismo com Benito Mussolini, encontrou-se entre o grupo dos países derrotados (o Eixo) pela guerra, além de ter sido também alvo de bombardeios, ataques e destruição.

Destaca-se também o forte enfrentamento por parte da população e esquerda italiana frente ao fascismo, expressa principalmente pela *resistenza*, ou *resistenza italiana*.⁷

Inserido principalmente nos projetos habitacionais de caráter nacional, com destaque para o Plano INA-Casa do Instituto Nacional de Seguros (*Istituto Nazionale delle Assicurazione* - INA) - 1949, direcionado para a construção de moradias populares; as/os assistentes sociais italianas(os) contribuíram com o planejamento e remoção das famílias e/os indivíduos às novas moradias. Esse momento é marcado pelo desenvolvimento do trabalho social de comunidade no país, sendo o referido plano habitacional inspirado nas teorias econômicas de Keynes e ao Plano Beveridge.

A trajetória do desenvolvimento do Serviço Social italiano pode ser dividida em três períodos: 1) período entre os anos depois da 1ª Guerra Mundial a 1929, caracterizado por iniciativas da sociedade ligadas ao voluntariado e à filantropia; 2) de 1929 ao fim da 2ª Guerra Mundial, em tal período houve o surgimento em Milão da primeira escola de Serviço Social, ligada ao Partido Nacional Fascista e à Igreja Católica.

O 3) período refere-se aos anos sucessivos à 2ª Guerra Mundial. Um importante marco histórico para o Serviço Social nesse momento foi a Convenção para Estudos de Assistentes Sociais, o chamado “Congresso de Tremezzo”, realizado entre 16 de setembro a 6 outubro de 1946 na cidade de Tremezzo na Região da Lombardia.⁸

Tem-se um ponto de inflexão para perspectiva de atuação das (dos) assistentes sociais italianos, pois se anteriormente o conceito de assistência era entendido como benfeitoria, no momento de reconstrução nacional passa a

⁷ Movimento caracterizado pelo enfrentamento armado de diversos grupos e organizações da sociedade civil italiana ao nazismo e fascismo durante a Segunda Guerra mundial. Como principais sujeitos que compuseram destacam-se os *partigiani* (os partidários), homens e mulheres de diversos grupos políticos (socialistas, progressistas, feministas, etc.) que lutaram pela libertação da Itália. Na Resistência italiana se encontra a origem da democracia e República no país, vale ressaltar que muitos partigianos compuseram a Assembleia Constituinte Italiana, que promulgou a Constituição Federal de 1948.

⁸ Com objetivo de discutir os problemas do *welfare* nascente, a necessidade de reorganizar a assistência como elemento necessário para o “renascimento democrático do país”, Maria Stefani, atualmente vice-coordenadora da Sociedade pela História do Serviço Social (*Società per La Storia del Servizio Sociale* – SOSTOSS) afirma que tal evento colocou o papel da/do assistente social como figura profissional capaz de contribuir com a afirmação de uma maior justiça social e da democracia, o que para o momento histórico representou “a fundação do Serviço Social italiano moderno”. (STEFANI, 2012, p. 11, tradução nossa).

ser entendido como prevenção e educação, (CALOI, 2000, p. 15), sob o viés de uma “nova cultura democrática”.

Sob a forte influência dos Estados Unidos, dar-se as bases para uma nova política social baseando a sua atividade sob as ciências sociais, agindo com método científico, pautado sob os princípios da igualdade, justiça, liberdade, necessidade, com clara influência na Carta dos Direitos do Homem das Nações Unidas.

A profissão do Serviço Social passa a ter uma centralidade para a reconstrução nacional, elaboração do consenso e garantia da hegemonia norte-americana, vale ressaltar o então período de disputa da guerra fria. Assim, destaca Michela Caloi (2000) que “administração militar americana solicita imediatamente ajuda e colaboração dos assistentes sociais italianos (p.14, tradução nossa).

Assim como o Serviço Social brasileiro, o Serviço Social italiano também sofreu forte influencia teórico-metodológica e política dos Estados Unidos. No ano de 1952 se inicia “a ajuda e apoio” por parte das *Amministrazione Aiuti Internazionali* (AAI) junto às escolas de Serviço Social, tais instituições divulgavam das técnicas e metodologias norte-americanas e inglesas (*case-word*, *group-work* e *community-word*) através seminários, jornadas de estudos, muitos docentes também participavam de cursos no exterior e seminário internacionais. Começam também a difundir-se novas escolas de Serviço Social pelo país.

Canevini (2017) sinaliza que mesmo sendo fortemente influenciado pela literatura inglesa e a filosofia individualista do Serviço Social dos Estados Unidos, na Europa a profissão foi também influenciada pelos Códigos internacionais ligados às organizações católicas de Serviço Social, como a UCISS, conforme sinalizamos anteriormente. Tais organizações voltavam sua atenção para:

(...) temas da tradição católica e conceitos centrais da moral no tempo, vinha a suprir um vazio de publicações européias sobre os princípios e fundamentos teóricos. Se pense também no clima cultural do tempo, a uma Europa esgotada pela guerra, à pesquisa de energias positivas e de uma renovada identidade, no esforço de autonomia (CANEVINI, 2017, p. 152)

Dessa forma, o Serviço Social em cada país nasce em um contexto de

conflitos e contradições, caracterizado principalmente pela influência, conservadora e restauradora, da ideologia da Igreja Católica e do projeto burguês (representado tanto pelas burguesias locais como pelo imperialismo norte-americano), interagindo também com “outros projetos sócio-políticos” (*idem*, 2001), presentes na sociedade. Tal consideração pode ser caracterizada como geral, porém se configura de modo específico em cada contexto e momento histórico.

Particularmente no Brasil, o Serviço Social surge na década de 30, acompanhando o processo de industrialização pesada e radicalização das expressões da “questão social”, segundo Santos (2012) tal período foi acompanhado também por uma mudança de orientação quanto as formas estatais de concebê-la e responde-la. Com a Constituição de 1934, Governo Vargas, são preservados os direitos sociais e regularizados os contratos de trabalho, as profissões e os sindicatos. Muito embora a repressão e autoritarismo seja uma marca da formação social do Estado e das elites brasileiras, na década de 1930 “‘questão social’ teria deixado de ser ‘caso de polícia’ e se tornado ‘caso de política’”. (SANTOS, 2012, p. 140)

Afirmam Iamamoto e Carvalho (2003) que a institucionalização do Serviço Social no Brasil foi ligada à iniciativa particular de grupos e frações de classe, sob o intermédio da Igreja Católica. Em 1936 surge a primeira Escola de Serviço Social de caráter laico e profissionalizante na cidade de São Paulo e logo um ano depois é criada a Escola de Serviço Social no Rio de Janeiro.

A literatura brasileira no tocante às matrizes teórico-metodológicas do Serviço Social, afirma que se evidencia um “caleidoscópio” (NETTO, 2002) de tendências e influências. Inicialmente a referida profissão era influenciada pelas ideias e conteúdos doutrinários do pensamento social da Igreja Católica. Tais referências eram ligadas a histórica relação entre as “protoformas” e gêneses do Serviço Social e a referida instituição religiosa. O primeiro Código de Ética do Serviço Social no Brasil datado de 1947 reflete sua forte relação com os valores cristãos.

Em meados dos anos 1940 no âmbito do Estado Novo no Brasil, houve, segundo Netto (2002) o desenvolvimento das grandes instituições sociais, a reformulação organizacional e funcional do Estado e o aumento das médias e

grandes empresas, seja estatais que do capital privado. O que representou para o Serviço Social a ampliação nacional do mercado de trabalho, expandido quantitativamente seu quadro e espaços sócio-ocupacionais no país.

A formação profissional do Serviço Social passa a compor o quadro dos cursos de ensino superior (tanto privado quanto público) no Brasil. Foi a inserção nos complexos universitários que contraditoriamente possibilitaram à formação da/do assistente social brasileira(o) o contato e interação com disciplinas vinculadas às ciências sociais, à psicologia, à antropologia, à sociologia e à filosofia.

Para Netto (2002) em tal momento a formação profissional objetivava o recurso ao positivismo e ao funcionalismo, o que caracterizou uma atuação profissional centrada no indivíduo e na família, sob a perspectiva de controle dos “desajustados” e dos “problemas sociais”, visando a integração dos sujeitos às instituições, tudo sob a perspectiva da “asépsia política”, ou seja, da neutralidade diante as questões da realidade, o que por sua vez, respondia aos interesses e as funcionalidades da “autocracia burguesa”.

A nível mundial os anos de 1960 representaram um período de ebulição e revoluções políticas, sociais e culturais, tais manifestações em suas particularidades nacionais e locais influenciaram a profissão de Serviço Social.

Nesse período a Itália o Serviço Social estava passando por um momento de “contestação” cultural e político, com forte influência dos movimentos ligados à juventude e feminista (maio de 68), caracterizado por Caloi (2000) por possuir um teor revolucionário de mudança radical e crítica ao referencial teórico-metodológico norte-americano; mais intensamente o continente Latino Americano tornou-se um espaço de grandes transformações e mobilizações, de forma geral, em reação a implementação de golpes militares em praticamente todos os países do Cone Sul sob influência das políticas imperialistas norte-americanas. Dessa forma, sua trajetória foi marcada por lutas populares de libertação nacional e resistência, como por exemplo a Revolução Cubana.

Assim, nas escolas de Serviço Social italianas nota-se que inicialmente somente as/os estudantes no interior das sedes formativas assumiram um papel de caráter mais contestador, sucessivamente alguns docentes sensíveis

as transformações políticas e culturais. Entra em crise a identidade formativa da/o assistente social, no sentido de contribuir para uma transformação mais radical das instituições e da sociedade, como foco para tal mudança era necessário chegar nos centros do poder, de decisão e de gestão. “A teoria era contestada como lugar de transmissão de valores e de modelos de vida dominante, o case-word e a psicologia eram vistos como instrumentos manipuladores e de adaptação ao sistema capitalista” (CALOI, 2000, p.35)

Também nos cursos de Serviço Social na Itália são postos em discussão, as técnicas e metodologias adotadas. A pesquisa social era a única metodologia valorizada e aceita, pois contribuía para o estudo do território e análises dos problemas, assim como também o trabalho com grupos. Contudo, a “contestação” de uma forma geral não provocou mudanças orgânicas no âmbito da formação profissional do Serviço Social italiano, tendo em vista a diversidade e diferença entre as escolas em todo o país.

No interior do Serviço Social latino-americano entretanto emerge o “movimento de reconceituação”, que tinha como questão primária a reflexão sobre a funcionalidade profissional na superação do subdesenvolvimento, o questionamento sobre o papel das/dos profissionais em face as manifestações da chamada “questão social”, e a adequação dos procedimentos profissionais às realidades regional e nacional. A “reconceituação” foi assim denominada por Netto (2002) como expressão de uma espécie de grande união profissional.⁹

Nesse contexto destacam-se os Seminários de teorização da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS) e do Comitê Brasileiro da Conferência Internacional de Serviço Social (CBCISS). Ao fazer um resgate histórico e crítico dos referidos seminários, Netto (2002) destaca os de Araxá (1967) e Teresópolis (1970) ainda sob a influência do positivismo e funcionalismo.

Os Códigos de Ética do Serviço Social brasileiro de 1965 e 1975 são assim expressões desse processo no interior da profissão. Se no Código de 65 evidenciam-se ainda as influências dogmáticas da Igreja Católica

⁹ Contudo, seja por motivos externo, como a implementação de Ditaduras militares burguesas; que por motivos internos, como sua vasta pluralidade e heterogeneidade, o movimento dura somente uma década (1966-1975) (NETTO, 2002).

(neotomismo), prevalecendo a visão abstrata do “homem”; o Código de 75 traz elementos das reflexões originárias dos seminários de Araxá e Teresópolis, reconhecendo já o Estado como gestor do “bem comum”, reproduzindo um viés governamental. (ABATH; MUSTAFA, 2006)¹⁰

A partir da década de 1970, seguindo os movimentos pela redemocratização, a nível nacional e internacional, o Serviço Social brasileiro dá continuidade ao processo de aproximação à matriz marxista, como expresso no “Método de Belo Horizonte – BH”.

Importante marco histórico desse processo foi o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais em 1979. Conhecido como “Congresso da Virada” em tal evento a categoria afirmou a defesa aos direitos sociais e setores subalternos da população.

Contudo o Netto (2002) destaca também que tal primeira aproximação não foi isenta de equívocos, pois se tratava de um marxismo sem o recurso ao Marx e sob fortes influências de abordagens reducionistas e estruturalistas (baseadas principalmente no marxismo de Althusser e nas concepções presentes na II e III Internacional).

Barroco (2003) afirma que dentre os equívocos do período, destaca-se o de querer transportar mecanicamente valores e concepções instituídos em situações revolucionárias para outros contextos. O que gerou na profissão processos como o de “deprofissionalização”, associação do trabalho profissional ao trabalho voluntário militante, abnegado, etc. Tais equívocos serão posteriormente superados a partir de críticas ao marxismo vulgar, recurso às obras de Marx, e incorporação de importantes autores e teóricos marxistas, como Antônio Gramsci e György Lukács.

Destarte, o Serviço Social brasileiro em seu processo histórico de constituição e consolidação, atualmente conta com um claro projeto profissional, configurado como uma direção social, ético e política vinculada a um projeto de transformação societária. Tal projeto profissional, chamado de

¹⁰ Vale destacar que no Brasil, no âmbito do processo de renovação e crítica ao Serviço Social tradicional, houveram também iniciativas que de parte de setores da profissão que buscaram fazer um recurso à fenomenologia, através de “uma nova proposta” de Anna Augusta Almeida. Iniciativa essa denominada por Netto (2002) de “reatualização do conservadorismo”.

Projeto Ético-Político (PEP), foi herança histórica do processo de “renovação” das bases tradicionais da profissão.¹¹

Em sua expressão teórica o PEP se enraíza no conjunto da produção de conhecimento do Serviço Social, que atualmente tem como marco hegemônico forte influência na teórica social crítica, especificamente na teoria marxista.

Na dimensão político-organizativa, ancorado nos diferentes fóruns coletivos das entidades representativas do Serviço Social, o PEP se materializa nos Conselhos Federal e Estaduais (Conjunto CFESS/CRESS), na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS). Todas essas dimensões (seja de formação que de exercício profissional) se articulam no sentido de proporcionar uma organicidade e maturidade à profissão.

Os anos de 1980 e 1990 foram também de grande crescimento para o Serviço Social italiano, graças a Associação Nacional das Assistentes Sociais (ASSNAS), com o apoio dos organismos de coordenação nacional das escolas dos docentes de Serviço Social, foi possível o seu reconhecimento jurídico e em 1987 a inserção da formação profissional no âmbito universitário. Vale observar também o surgimento da *Ordine Assistenti Sociali – Consiglio Nazionali* nesse mesmo período. Aumentam ainda os espaços sócio-ocupacionais para a profissional, seja no âmbito público que privado.

Enquanto marco para elaboração do Código de Ética do Serviço Social italiano, Canevini (2017) destaca o seminário sobre *A deontologia profissional no Serviço Social*, realizado em 1990, organizado pela *Fondazione Zancan*, tal atividade contou com a um grupo de docentes de Serviço Social e de outras matérias, sendo posteriormente realizado mais três edições.

E assim como a realidade brasileira, a atual Lei de Regulamentação (Lei n.84/93) é sancionada em 1993. Em 1992 é promulgado o primeiro “Código Deontológico do assistente social em Itália”, foi aprovado pela ASSNAS no seu XVII Congresso (CANEVINI, 2017, p.155), contudo somente com a criação da

¹¹ Como expressão jurídico-política de materialização do PEP temos principalmente o Código de Ética profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares. Um outro marco importante para o Serviço Social no Brasil foi o seu reconhecimento, em 1987, enquanto área de produção de conhecimento por parte das agências de fomento à pesquisa.

*Ordine degli assistenti sociali*¹² (1994), foi instituído em 1998 um Código em acordo com a Lei de regulamentação. Tal documento foi revisado em 2002 e 2009.

Dentre outros princípios e valores, o referido código afirma que:

a profissão se funda sobre o valor, dignidade e singularidade de todas as pessoas, sob o respeito de seus direitos universalmente reconhecidos e sobre a afirmação das qualidades originais das pessoas de liberdade, igualdade, sociabilidade, solidariedade, participação.(CANEVINI, 2017, p.157)

Em seu artigo 7º evidencia que “o assistente social põe a pessoa no centro de cada intervenção”, o que evidencia o princípio da “centralidade da pessoa”, segundo Canevini (2017, p. 158) o Código faz uma opção pela *ética personalista*, com influencias do pensamento de Jacques Maritain e de Emmanuel Mounier. Se “reconhece assim a pessoa humana e suas liberdades como valor ético fundamental” (*ibidem*).

Destarte, no Título IV – *Responsabilidade do assistente social em relação à sociedade*, artigo 33 “o assistente social deve contribuir a promover uma cultura de solidariedade e subsidiariedade, favorecendo ou promovendo iniciativas de participação voltadas à construir um tecido social acolhedor e respeitoso” (CNOAS, 1999, p.05).

Da análise desses elementos podemos perceber seja influencia do *personalismo*, expresso na “ética personalista” (CANEVINI, 2017), que de uma leitura da profissão que aponta para reiteração do *status quo*. Ao trazer termos como “solidariedade”, “tecido social” tal código parece aproximar-se também a perspectiva conservadora funcionalista.

Em relação ao personalismo, Barroco (2003) sinaliza que *a priori* não trata-se de um pensamento conservador, pois busca fazer um crítica da sociedade, ressaltando a “importância da ação política transformadora de valores” (BARROCO, 2003, p. 131), tendo por finalidade ser um “movimento de idéias que se propõe à humanização da existência, ou seja, a uma ação ética valorizadora da pessoa humana” (*idem*, p. 132), contudo pode sofrer de

¹² A *Ordine degli assistenti sociali* corresponde no Brasil ao Conselho Federal do Serviço Social. Posteriormente são instituídos o *Consiglio Nazionali dell'Ordine degli assistenti sociali* (CNOAS) e os *Consigli degli ordini regionali* (CROAS).

um ecletismo teórico no momento em que relaciona fenomenologia-existencial, neotomismo, cristianismo, humanismo cristão, marxismo e existencialismo. Para Barroco (2003) a vertente personalista influencia as correntes profissionais, é fortemente vinculada ao pensamento católico, particularmente a grupos de intelectuais da esquerda católica, que “busca renovar sem, no entanto, romper com o neotomismo e com os valores cristãos” (p. 136).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar um estudo comparativo é sempre um desafio e mesmo uma oportunidade de entender melhor sua própria história. Dessa forma, ao se aproximar melhor da trajetória dos fundamentos éticos do Serviço Social brasileiro e italiano podemos perceber um “caleidoscópio” de correntes filosóficas e teóricas, em ambos os países historicamente vimos a influencia seja do projeto burguês, representado principalmente pelo funcionalismo norte-americano, que do projeto conservador da Igreja Católica, que atualmente na Itália parece se revelar como ecletismo entre as correntes do personalismo e do neotomismo, ligado a setores da esquerda cristã. Por outro lado, no Brasil observamos uma aproximação à teoria social crítica marxista.

Observou-se que ambos os projetos profissionais vinculando a determinados projetos de sociedade, o que sinaliza no âmbito de estudo sobre os Códigos de Ética a dimensão para além da deontológica.

Dessa forma, mais do que responder e fechar “conclusões” nossa pesquisa nos suscitou novas reflexões e indagações sobre a constituição dos projetos profissionais. Ficamos assim com a questão: Quais elementos históricos, políticos e sociais podem influenciar na aproximação entre os movimentos de esquerda e suas históricas reivindicações e a direção social estratégica assumida pelo projeto profissional do Serviço Social nos diferentes países?

Embora seja de comum conhecimento a importante influencia política e teórica do Partido Comunista Italiano (PCI) para esquerda mundial, em nosso estudo bibliográfico e documental do Serviço Social italiano não nos foi

possível notar uma aproximação direta¹³, evidenciou-se, no entanto, um acostamento à esquerda católica; enquanto no Brasil tal aproximação foi evidente, sendo atualmente presente. Todavia, concordamos com Santos (2007) ao sinalizar para o pluralismo/sincretismo presente na profissão, bem como o peso do conservadorismo em sua na constituição ideoteórica e histórica, sendo assim necessário um cuidado para não superdimensionar tal direção social e sempre buscar fortalecer nos diferentes espaços (seja da formação que do exercício profissional) bases concretas para sua materialização.

REFERÊNCIAS

- ABATH, Edistia Maria; MUSTAFA, Maria Alexandra Monteiro. Notas introdutórias. In: _____. **Coletânea Códigos de ética Profissional do (a) Assistente Social**. 2. ed. Recife: CTC, 2006. Grupo de Estudos e Pesquisas sobre ética - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Pernambuco.
- ANSELMO, Gisele Caroline Ribeiro; SILVA, Salyanna de Souza. Welfare Italiano: a família em tempos de crise do capital. **Revista Debates Sociais**, Rio de Janeiro, ano 45, n. 73-74, p. 227-242, 2014.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.
- _____. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Serviço Social: Direitos Sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BURGALASSI, Marco. Una sfida per il servizio sociale: promuovere il benessere in tempo di crisi. In: BURGALASSI, Marco (Org.). **Promuovere il benessere in tempo di crisi: una ricerca sugli assistenti sociali nel Lazio**. Roma: Carocci, 2012.
- CAMPANINI, Annamaria. O Serviço Social na Itália: problemas e perspectivas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 108, p. 639-355, out./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n108/a04n108.pdf>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

¹³ Ressalta-se a importante contribuição de Antonio Gramsci e Palmiro Togliatti, Domenico Losurdo, dentre outros.

CANEVINI, Milena Diomede. Il Codice deontologico dell'assistente sociale. In: _____. **Ética e deontologia del Servizio Sociale**. Roma: Carocci, 2017.

CUTINI, Rita. L'assistente sociali nel Lazio: alle origini della professione. In: BURGALASSI, Marco (Org.). **Promuovere il benessere in tempo di crisi: una ricerca sugli assistenti sociali nel Lazio**. Roma: Carocci, 2012.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

IAMAMOTO, M. V. Serviço Social e espaços sócio-ocupacionais. In: _____. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS, 2009.

PAULO NETTO, José. **A construção do Projeto ético Político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo I. Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 3. ed. ampl. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica/Serviço Social)

_____. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleções Questões da nossa época).

STEFANI, Maria (Org.). **Le origini del servizio sociale italiano: Tremezzo: un evento fondativo del 1946 – Saggi e testimonianze**. Roma: Viella Libreria editrice, 2012.